



clipping

# CLIPPING DO DIA

CACD

## **Mercosul**

- [Sócios cortam verba, e Brasil deve financiar sozinho órgão de direitos humanos do Mercosul](#)

## **Estados Unidos**

- [EUA se declaram contra obrigações climáticas em tribunal da ONU](#)

## **União Europeia**

- [Chefe da UE vai ao Uruguai em apoio a acordo com Mercosul apesar de oposição de Macron](#)

## **Rússia**

- [Tratado de defesa que prevê 'assistência mútua' entre Rússia e Coreia do Norte entra em vigor](#)

## **Segurança**

- [Adesão imediata da Ucrânia à Otan é um plano realista?](#)

## **Direitos Humanos**

- [Brasil é condenado em corte internacional por sumiço de 11 jovens](#)

## **Línguas Estrangeiras**

- [Tirer les enseignements des retraits des missions de paix de l'ONU au Mali et en RDC](#)
- [COP29: oportunidades y desafíos del régimen climático internacional](#)

- [Building Bridges Beyond Borders: Unlocking the Role of Transnational Networks in Paradiplomacy.](#)

# **Sócios cortam verba, e Brasil deve financiar sozinho órgão de direitos humanos do Mercosul**

Folha de S.Paulo , Mayara Paixão

Argentina, Paraguai e Uruguai afirmaram nas negociações técnicas que antecedem o encontro dos líderes do Mercosul, nestas quinta (5) e sexta-feira (6), que não vão mais financiar o IPPDH, Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos, ligado ao bloco sul-americano.

O Brasil seguirá com seus aportes ao instituto, que hoje tem a brasileira Andressa Caldas na direção. Se algum dos sócios não mudar de ideia, arcará sozinho com o orçamento para o próximo ano.

No caso de Buenos Aires, sob o governo do ultraliberal Javier Milei, a equipe foi taxativa ao afirmar que não pretende mais destinar seus aportes ao órgão, sediado na capital argentina. Montevideú e Assunção dizem por ora que não contribuiriam para o próximo ano.

Desde a criação do instituto, os argentinos colaboraram com 62,5% do orçamento, e o Brasil, com 24,9%. Uruguai e Paraguai, cada um com 6,3%. Agora, os três vizinhos brasileiros afirmam que não seria necessário aportar para 2025 porque há um excedente orçamentário, advindo do pagamento feito pelo Brasil, em 2023, de dívidas.

O governo quitou uma dívida de mais de R\$ 5,7 milhões com o IPPDH, herdada das gestões de Michel Temer (MDB) e de Jair Bolsonaro (PL). A verba anual enviada pelo país para o órgão neste ano girou em torno de R\$ 600 mil, e o governo Lula (PT) pretende mantê-la para o próximo.

A ação dos três países com o qual Brasília compartilha o bloco surpreendeu interlocutores da diplomacia, exceto a resistência argentina, que já era conhecida.

Como revelado pela Folha, o governo Milei trabalha nos bastidores para enxugar o IPPDH e retirar a sede do instituto de Buenos Aires. O instituto

está alocado na antiga Esma, centro de tortura da ditadura militar argentina transformado em um complexo de museus.

As surpresas são Uruguai e Paraguai, notadamente o primeiro, que em março passará por uma troca de governo, do centro-direitista Luis Lacalle Pou para o centro-esquerdista Yamandú Orsi, pupilo de José "Pepe" Mujica.

A expectativa de interlocutores do Brasil é que, se Lacalle Pou mantiver essa medida, Orsi a modifique assim que tomar posse. O presidente eleito é próximo a Lula e o visitou em Brasília apenas poucos dias após ser eleito.

Para compensar a ausência dos sócios do bloco, o Itamaraty iniciou conversas com o Ministério do Planejamento e Orçamento para tentar aumentar seu aporte, em um momento de debates acalorados sobre a questão fiscal.

Para pessoas envolvidas nas negociações que falam sob reserva, Assunção e Montevidéu aproveitaram as tentativas argentinas de enxugar o órgão para deixar de contribuir financeiramente.

O instituto vem sinalizando aos líderes do Mercosul que questões orçamentárias têm dificultado o trabalho. A diretora Andressa Caldas afirma ver uma atitude contraditória, já que os países ressaltam a importância dos direitos humanos e que alguns, como Argentina e Uruguai, citaram a situação de violação desses direitos na Venezuela.

Em reunião a portas fechadas, Caldas declarou que o compromisso com os direitos humanos não pode ser meramente retórico ou discursivo. "Deve ser consistente com Estados que mantenham seus compromissos, sobretudo no que diz respeito a orçamento."

# **EUA se declaram contra obrigações climáticas em tribunal da ONU**

Opera Mundi ,

Os Estados Unidos se declararam nesta quarta-feira (04/12) contra a imposição de obrigações legais para fazer com que os países atuem decisivamente no combate às mudanças climáticas.

A intervenção norte-americana ocorreu durante as audiências climáticas que ocorrem na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, solicitadas pela Assembleia Geral da ONU após anos de pressão dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas, liderados pela pequena nação insular de Vanuatu.

Esse países exigem apoio financeiro justo e compensações por perdas e danos irreversíveis causados pelas nações mais poluidoras, enquanto enfrentam uma ameaça existencial causada pelas marés altas, inundações, secas e outros desastres climáticos.

## **EUA: mecanismos atuais já são suficientes**

Os EUA, assim como a China, argumentaram que a atual estrutura da ONU de combate às mudanças climáticas deve ser preservada, como o Acordo Climático de Paris de 2015 e a Convenção-Quadro da ONU para Mudanças Climáticas (UNFCCC), além de outros tratados não juridicamente vinculativos. Washington e Pequim – os dois maiores poluidores do planeta – consideram que estes são os melhores mecanismos para lidar com a crise climática.

Margaret Taylor, consultora jurídica do Departamento de Estado norte-americano, afirmou que os mecanismos atuais da ONU “incorporam a expressão mais clara, mais específica e mais atual do consentimento dos Estados em se vincular ao direito internacional no que diz respeito às mudanças climáticas”.

“Quaisquer outras obrigações legais relacionadas à mitigação das mudanças climáticas identificadas pela Corte devem ser interpretadas de forma consistente com as obrigações que os Estados têm sob este regime de tratados”, acrescentou Taylor.

## **Indignação dos ativistas do clima**

“Mais uma vez, testemunhamos uma tentativa desanimadora dos EUA de fugir de suas responsabilidades como um dos maiores poluidores do mundo”, disse Vishal Prasad, diretor da Pacific Islands Students Fighting Climate Change. “Os EUA estão, como de costume, satisfeitos com sua abordagem de negócios e tomaram todas as medidas possíveis para fugir de sua responsabilidade histórica, desconsiderar os direitos humanos e rejeitar a justiça climática.”

“É absurdo que o governo [do presidente norte-americano, Joe] Biden argumente perante o CIJ que os países não têm obrigações legais claras para reduzir a poluição de carbono, especialmente porque se prepara para entregar o cargo executivo a um negacionista climático como o presidente eleito Donald Trump, cujas políticas devem prejudicar profundamente a ação climática dos EUA”, observou Ashfaq Khalfan, diretor de justiça climática da ONG ambientalista Oxfam America.

## **Maiores poluidores rejeitam obrigações**

A Alemanha também rejeitou na CIJ a ideia de que haja obrigações mais amplas e argumentou que as obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas foram já estabelecidas no Acordo de Paris.

Austrália e Arábia Saudita, que também são grandes economias de combustíveis fósseis e estão entre os maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo, também se posicionaram contra a responsabilização.

Mais de 100 países e organizações darão seus testemunhos ao longo de duas semanas. A esperança dos ambientalistas é que as audiências resultem em uma ampla reflexão, à luz do direito internacional sobre realidades do colapso climático e a necessidade urgente de ações transformadoras.

## **Referência para futuras negociações**

Os pareceres consultivos da CIJ não são juridicamente vinculativos, mas carregam peso legal e político significativo e provavelmente serão referidos como um documento autoritativo em futuros litígios climáticos e em negociações climáticas internacionais.

Ao final das audiências, os juízes do tribunal emitirão um parecer consultivo sobre as obrigações dos governos, de acordo com a lei internacional, para combater as mudanças climáticas – e as consequências legais para os governos que não agirem ou tiverem tomado medidas que prejudiquem significativamente o meio ambiente.

# **Chefe da UE vai ao Uruguai em apoio a acordo com Mercosul apesar de oposição de Macron**

BBC News Brasil ,

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, anunciou nesta quinta-feira (5/11) sua chegada ao Uruguai, onde é realizada a Cúpula de Líderes do Mercosul, aumentando as expectativas de que o acordo do bloco de livre comércio com a União Europeia (UE) seja concluído.

"Pousamos na América Latina. A linha de chegada do acordo UE-Mercosul está à vista. Vamos trabalhar, vamos atravessá-la. Temos a oportunidade de criar um mercado de 700 milhões de pessoas", escreveu a chefe da UE na rede social X.

Von Der Leyen disse ainda que o pacto é "a maior parceria de comércio e investimento que o mundo já viu": "Ambas as regiões se beneficiarão".

Horas depois, o governo da França reiterou sua oposição ao acordo em sua conta no X ao dizer que o pacto "é inaceitável como está" e que o presidente Emmanuel Macron disse isso à chefe da UE.

"Continuaremos a defender incansavelmente nossa soberania agrícola", afirmou o governo francês, ressaltando que, em sua visão, o acordo com o Mercosul representa uma ameaça ao agro no país.

Por isso, Macron vem costurando uma aliança para se opor ao acordo em sua deliberação entre os parlamentares dos países-membros do bloco europeu para conseguir barrar sua aprovação mesmo que seja assinado pela Comissão Europeia, o órgão executivo da UE.

O acordo executivo é defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera no Uruguai a última reunião da cúpula do Mercosul durante a presidência do Brasil do bloco, que passará às mãos da Argentina do presidente Javier Milei.

A assinatura do acordo encerraria uma negociação que já dura 25 anos.

Mas esta não é a primeira vez que cresce a expectativa em torno de um possível anúncio de um acordo.

O mesmo ocorreu na Cúpula do Mercosul de 2023, no Rio de Janeiro. Mas o anúncio não veio e o clima que se instalou no governo foi de decepção.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), o então ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que o acordo estava para sair, o que também não se concretizou.

## **Otimismo brasileiro, oposição francesa**

Neste ano, o governo e a diplomacia brasileiros deram novas demonstrações de otimismo.

“Pretendo assinar esse acordo este ano ainda”, disse Lula durante um evento na semana passada.

O principal negociador do acordo pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Maurício Lyrio, disse que o governo está “esperançoso”.

“Estamos vendo de maneira positiva o desenrolar das negociações”, afirmou.

Segundo o governo brasileiro, os negociadores dos dois blocos já finalizaram as tratativas em torno do texto e as últimas questões pendentes foram submetidas aos chefes de Estado do Mercosul e da União Europeia.

Na prática, isso significa dizer que a finalização do acordo ou não depende, agora, da vontade política dos dois blocos.

Mas o otimismo brasileiro contrasta, novamente, com a resistência de um importante membro da UE.

Há anos, a França vem tentando barrar o avanço do acordo e, neste ano, Macron deu diversas declarações se colocando contra a finalização do

tratado.

“A França se opõe a este acordo”, disse Macron em novembro, durante viagem oficial a Buenos Aires.

Na raiz da oposição francesa está a pressão de agricultores do país que temem a concorrência dos produtos do Mercosul, especialmente a carne produzida por Brasil, Argentina e Uruguai.

Mas apesar de ser a segunda maior economia do bloco europeu (atrás apenas da Alemanha), a França sabe que, sozinha, não teria condições técnicas de barrar o avanço do acordo negociado pela Comissão Europeia.

“Se os franceses não quiserem o acordo, eles não apitam mais nada, quem apita é a Comissão Europeia”, disse Lula na semana passada.

Por isso, a França vem tentando nos últimos meses pôr em prática uma estratégia capaz de barrar o avanço das negociações.

A BBC News Brasil conversou com diplomatas e funcionários do governo brasileiro e europeus, além de especialistas em relações internacionais para entender como funciona a estratégia francesa e como ela pode (ou não) “melar” o acordo entre a União Europeia e o Mercosul mais uma vez.

## **Minoria qualificada: a estratégia de Macron**

A estratégia da França para barrar o acordo entre a União Europeia e o Mercosul é formar o que ficou conhecido como uma “minoria qualificada” no Conselho da União Europeia.

Esse mecanismo exige que pelo menos quatro países, representando juntos mais de 35% da população do bloco, se oponham ao acordo para que ele seja rejeitado. Para alcançar esse objetivo, a França precisa conquistar o apoio de mais três países que, somados à sua população, representem aproximadamente 156 milhões de pessoas.

Para entender como essa estratégia funciona, é essencial compreender os mecanismos da União Europeia para a negociação de acordos comerciais.

Quem negocia o texto do acordo é a Comissão Europeia, um órgão formado por comissários de todos os 27 países-membros da UE.

A presidente da comissão, Ursula von der Leyen, já se manifestou favorável ao acordo. O órgão tem autonomia para negociar com outros países ou blocos econômicos, como o Mercosul.

Depois de encerrada a fase de negociações, o texto do acordo é submetido à aprovação pelo Conselho da União Europeia.

Para ser aprovado, ele precisa do apoio de 55% dos países do bloco (15 dos 27), que juntos representem ao menos 65% da população total da UE. Esse sistema de maioria qualificada foi criado para equilibrar o poder entre países mais e menos populosos, evitando que os maiores imponham unilateralmente suas vontades.

No caso francês, além de sua própria oposição, o país já conta com o apoio oficial da Polônia, totalizando 104 milhões de habitantes. Para alcançar o número necessário para bloquear o acordo, a França aposta que Itália, Países Baixos e Áustria se juntem a eles, formando assim a minoria qualificada necessária para barrar a proposta no Conselho Europeu.

Apesar de o acordo ainda não ter sido submetido à votação da Comissão Europeia, um diplomata brasileiro ouvido pela BBC News Brasil sob condição de anonimato afirmou que se a França obtiver o apoio público dos países necessários à composição dessa minoria qualificada, o órgão liderado por Ursula Von der Leyen ficaria em uma situação delicada para avançar com o acordo.

Caso a Comissão dê seu aval ao acordo, ele ainda dependerá da aprovação do Parlamento Europeu para entrar em vigor, segundo diplomatas explicaram à reportagem.

Já do lado do Mercosul, o acordo terá que ser aprovado pelo parlamento de cada membro do bloco.

## **Protecionismo à francesa**

Especialistas e diplomatas ouvidos pela BBC News Brasil apontam que a principal razão pela qual a França se opõe ao acordo é a resistência organizada de agricultores do país. Apesar de ser uma das principais potências industriais do bloco europeu, o lobby da agricultura é visto como poderoso e influente.

“Macron está lidando com pressões, principalmente de setores agrícolas na França. Os fazendeiros de lá terão que lidar com a concorrência de um país como o Brasil que tem um setor agropecuário muito forte. Essa é a grande questão por trás da resistência ao acordo”, disse à BBC News Brasil o professor Cairo Junqueira, professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Nos últimos meses, as principais associações que representam o agronegócio francês deram início das manifestações contrárias à assinatura do acordo sob a alegação de que a entrada em vigor do tratado colocaria em risco milhares de empregos e abrirá as portas do mercado francês a produtos agrícolas produzidos sem os mesmos padrões de qualidade ambiental e sanitários exigidos dos fazendeiros franceses.

Paralelamente, a rede de supermercados francesa Carrefour anunciou, há duas semanas, que deixaria de comprar carne produzida pelo bloco. Após a repercussão negativa do anúncio, a companhia recuou.

“O protecionismo agrícola é muito forte e acho que é a principal barreira ao avanço do acordo. Os setores agrícolas da França e da Irlanda temem a competição com produtos do Mercosul”, disse a professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Regiane Bressan.

A professora está em Berlim nesta semana e passou os últimos dias conversando com parlamentares alemães sobre o assunto.

Segundo ela, os políticos alemães deixaram claro que o acordo só não foi anunciado até agora por conta da oposição de Macron.

“Foi muito reforçado aqui na Alemanha que quem está colocando uma barreira para o acordo é a própria França e que o acordo não teria sido

assinado no G20 por conta do Macron”, disse a professora em referência à cúpula de líderes do G20 realizada no Rio de Janeiro em novembro.

Um funcionário do governo brasileiro a par das negociações entre os dois blocos disse à BBC News Brasil em caráter reservado que, apesar do otimismo expressado pelo governo brasileiro oficialmente, o cenário para a assinatura do acordo ainda é incerto.

Segundo ele, além da pressão contrária feita pelo governo francês, o país ainda enfrenta uma crise política grave depois que o Parlamento aprovou um voto de desconfiança em relação ao governo na quarta-feira (4/11). É a primeira vez que o governo é derrubado por um voto de desconfiança desde 1962.

Agora, Macron precisa apontar um novo primeiro-ministro cujo nome precisa ser aprovado pelo Parlamento.

Na avaliação da fonte ouvida pela BBC News Brasil, o temor entre brasileiros e europeus é de que em meio ao cenário conturbado, aprovar o acordo entre União Europeia e Mercosul poderia gerar ainda mais descontentamento contra Macron e alimentar a oposição de extrema-direita liderada pela parlamentar Marine Le Pen, que vem, inclusive, defendendo a sua renúncia.

Na avaliação da professora Regiane Bressan, no entanto, as chances de a França “melar” o acordo parecem remotas no momento.

“O que pude coletar de informações aqui em Berlim é de que o caminho será o da assinatura. A França vai continuar se opondo e talvez promova uma mobilização grande no Parlamento Europeu ou nas ruas, mas não vejo que haja mais tempo para isso. Faltam dois dias para a Cúpula do Mercosul, apenas”, disse.

Cairo Junqueira, da UFS, também avalia que a França, sozinha, não conseguiria conter o acordo se não conseguir formar a coalizão.

“Isoladamente, é muito difícil a França conseguir barrar. Por isso ela vem procurando formar essa coalizão com outros países”, afirmou o professor.

## **Efeito Trump**

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil pontuam que, apesar da resistência francesa, um outro elemento pode ajudar a destravar as negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia: a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos.

Segundo eles, a promessa de impor tarifas sobre produtos estrangeiros feita por Trump pode fazer com que sul-americanos e europeus se unam para enfrentar um eventual recrudescimento do protecionismo norte-americano.

“É importante lembrar que a primeira assinatura do acordo, em 2019, teve a eleição de Trump como impulso. Agora, é possível que esse novo mandato possa abrir um canal para avançar com esse acordo de livre comércio”, afirmou Cairo Junqueira.

Para a Regiane Bressan, os países favoráveis ao acordo na Europa, encabeçados pela Alemanha e pela Espanha, consideram o tratado com o Mercosul como estratégico em meio às incertezas geopolíticas atuais.

“Esses países estão com medo do fator Trump e, também, com relação ao poder de países como China e Rússia na América do Sul. Para a Alemanha, por exemplo, o acordo é uma forma de ampliar ou manter a influência da Europa na América do Sul em um contexto de crescente influência da China e da Rússia”, disse.

## **Mais de duas décadas de negociação**

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia começou a ser negociado em 1999 e prevê a isenção ou redução na cobrança de impostos de importação de alguns bens e serviços produzidos nos dois blocos.

Em 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), os dois blocos assinaram o acordo. Para começar a valer, porém, o texto precisava passar por uma revisão técnica e pela ratificação dos parlamentos de todos os países envolvidos.

Após quatro anos paralisado, o acordo voltou a ser negociado após a mudança de governo no Brasil, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Palácio do Planalto. Desde então, o acordo foi travado por exigências ambientais e questionamentos de setores como o agronegócio francês.

Em dezembro do ano passado, durante a Cúpula do Mercosul no Rio de Janeiro, negociadores dos dois blocos chegaram a ficar próximos de uma versão final do acordo, mas ele não foi assinado.

Um estudo divulgado no início deste ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que o acordo poderia ter impactos positivos sobre o produto interno bruto do Brasil (PIB). Segundo o estudo, entre 2024 e 2040 o PIB do país teria um aumento acumulado de 0,46%, o equivalente a US\$ 9,3 bilhões por ano.

Para elaborar o estudo, os pesquisadores do Ipea utilizaram projeções de crescimento econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 2014 e 2026 e replicaram as taxas de crescimento para os anos seguintes até 2040.

O estudo também aponta que o Brasil teria um aumento de 1,49% nos investimentos.

A dinâmica das importações e exportações também seria transformada. As importações brasileiras cresceriam rapidamente nos primeiros anos do acordo, atingindo um pico de US\$ 12,8 bilhões em 2034, antes de recuar para US\$ 11,3 bilhões em 2040. Já as exportações teriam um aumento contínuo no mesmo período, alcançando um ganho acumulado de US\$ 11,6 bilhões.

Esse movimento seria impulsionado por fatores como a redução de tarifas na União Europeia, concessões de cotas de exportação e queda nos custos domésticos de insumos e bens de capital, o que tornaria os produtos brasileiros mais competitivos no mercado global.

## **Tratado de defesa que prevê ‘assistência mútua’ entre Rússia e Coreia do Norte entra em vigor**

Estadão ,

O acordo de defesa firmado em junho entre a Coreia do Norte e a Rússia entrou em vigor, anunciou nesta quarta-feira, 4, a agência de notícias estatal de Pyongyang, KCNA. O tratado sela a reaproximação entre os dois países em meio à guerra na Ucrânia e prevê “assistência mútua” em caso de agressão.

O ditador norte-coreano Kim Jong-un e o seu homólogo russo Vladimir Putin assinaram o tratado estratégico durante uma visita do chefe do Kremlin a Pyongyang em junho. O acordo entrou em vigor com a troca de documentos ratificados em Moscou entre os dois países, acrescentou a agência.

A oficialização do pacto ocorre em um momento em que os Estados Unidos e a Coreia do Sul acusaram a Coreia do Norte, que possui armas nucleares, de enviar mais de 10 mil soldados para ajudar a Rússia a combater a Ucrânia. Segundo especialistas, Kim quer adquirir em troca tecnologia de ponta de Moscou e experiência de combate para suas tropas.

O pacto obriga os dois Estados a prestar assistência militar “sem demora” em caso de ataque contra um deles e a opor-se conjuntamente às sanções ocidentais. Os legisladores russos votaram por unanimidade no mês passado a favor do tratado, que mais tarde foi assinado por Putin. Pyongyang afirmou que o acordo foi ratificado por um decreto de Kim.

O tratado servirá como uma “poderosa força motriz para acelerar o estabelecimento de uma ordem mundial multipolar, independente e justa, sem dominação, submissão ou hegemonia”, declarou a KCNA.

Segundo analistas, Pyongyang poderia usar a Ucrânia para reorientar a sua política externa. Ao enviar soldados, a Coreia do Norte se posiciona dentro da economia de guerra russa como fornecedora de armas, apoio militar e

mão-de-obra, podendo mesmo ignorar o seu aliado tradicional, o seu vizinho e principal parceiro comercial, a China.

A Coreia do Norte e a Rússia reforçaram os seus laços militares desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022. Os dois países estão sujeitos a uma série de sanções da ONU: Pyongyang pelo seu programa de armas nucleares e Moscou pelo conflito ucraniano.

Kim declarou na semana passada, durante uma visita a Pyongyang do ministro da Defesa russo, Andrei Belousov, que o seu governo, o seu exército e o seu povo “apoiariam invariavelmente a política da Federação Russa de defender a sua soberania e integridade territorial”.

# **Adesão imediata da Ucrânia à Otan é um plano realista?**

dw.com , Bernd Riegert

O Artigo 5º é o núcleo do tratado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Ele descreve a obrigação de todos os membros de ajudar na autodefesa caso outro país da aliança militar seja atacado. No entanto, cada membro da organização decide por si mesmo qual assistência fornecerá. "Defenderemos cada centímetro quadrado do território da Otan, enfatizou repetidamente o presidente dos EUA, Joe Biden, após o ataque da Rússia à Ucrânia.

A Ucrânia gostaria de ficar sob esse guarda-chuva protetor. A Otan tem prometido isso repetidamente, mas sem dar uma data. Em algum momento, o país deverá ser recompensado com a adesão à aliança por sua luta contra a Rússia.

## **Proteção apenas para parte da Ucrânia?**

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, propôs agora que a parte da Ucrânia que é livre seja admitida na Otan. Os territórios ocupados pela Rússia no leste e a península da Crimeia (cerca de 27% da Ucrânia), que a Rússia anexou violando a lei internacional, não deveriam inicialmente estar sob a proteção da aliança. Dessa forma, Zelenski quer evitar um avanço maior das tropas russas e tornar possível negociações sobre um cessar-fogo com o governante russo, Vladimir Putin.

Tecnicamente, seria possível regulamentar a aplicação parcial do tratado da Otan no território da Ucrânia. O instrumento de adesão da Ucrânia, que teria de ser ratificado por todos os 32 membros da aliança, pode ser formulado de acordo. O Artigo 14º do Tratado da Otan já contém protocolos adicionais sobre outras questões.

O Artigo 6º do tratado descreve o território da Otan. Algumas ilhas no Caribe ou no Pacífico que pertencem à França ou ao Reino Unido, por exemplo, não são território da Otan. Durante a divisão da Alemanha em dois Estados, a República Federal Alemã (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA), o tratado da Otan só se aplicava à parte Alemanha Ocidental, ou seja, à República Federal. A RDA era membro do Pacto de Varsóvia, a aliança militar da União Soviética.

## **Alguns membros não concordam**

A questão é se os parceiros da aliança militar ocidental, principalmente o membro mais importante, os EUA, têm a vontade política de aceitar uma Ucrânia livre. O risco de ser arrastado para o conflito militar por outro ataque russo à Ucrânia seria muito alto, alertam, por exemplo, os políticos alemães especializados em segurança. Durante sua visita à Ucrânia na segunda-feira, o chanceler federal alemão, Olaf Scholz, mais uma vez deixou claro que rejeita a adesão imediata da Ucrânia à aliança.

O ex-secretário geral da Otan Jens Stoltenberg tem opinião diferente. Ele disse, logo após deixar o cargo em outubro, que a rápida admissão da maior parte da Ucrânia à Otan poderia levar ao fim da guerra.

"Onde há vontade, há maneiras de encontrar uma solução. Mas é preciso uma fronteira que defina onde o Artigo 5º é invocado, e a Ucrânia deve controlar todo o território até essa fronteira", disse Stoltenberg em outubro ao jornal britânico Financial Times. França, Polônia e os países bálticos também se dizem abertos a uma adesão parcial da Ucrânia.

## **O fator Trump**

Zelenski exigiu repetidamente garantias de segurança da Otan como parte de seu "plano de vitória". De acordo com o major-general alemão Christian Freuding, chefe da equipe de planejamento e comando das Forças Armadas da Alemanha, a Bundeswehr, a Ucrânia "está de costas para a parede". Por esse motivo, o presidente ucraniano pode aceitar que, por enquanto, não seria possível recapturar os territórios ocupados pela Rússia.

Entre outras coisas, Putin havia exigido que a Ucrânia não se unisse à Otan, nem mesmo parcialmente. O comportamento do novo governo dos EUA sob o comando do presidente Donald Trump é incerto. O Wall Street Journal informou, citando fontes próximas ao próximo presidente eleito, que Trump estaria disposto a adiar a adesão da Ucrânia por "20 anos". Não está claro como ele pretende pôr fim à guerra russa contra a Ucrânia, como anunciou.

Na atual reunião de ministros das relações exteriores da Otan em Bruxelas, o novo secretário-geral da Otan, Mark Rutte, disse que a Ucrânia não precisa de novas discussões sobre formas de alcançar um cessar-fogo, mas sim de mais armas e mais defesa antimísseis.

"A Ucrânia não precisa de novas ideias para um processo de paz o tempo todo, mas devemos garantir que a Ucrânia tenha o que precisa para uma posição forte", disse Rutte. A partir dessa posição de força, a Ucrânia deve então negociar com a Rússia.

## **Brasil é condenado em corte internacional por sumiço de 11 jovens**

UOL ,

A Corte Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Brasil pelo desaparecimento forçado de 11 jovens negros pelas mãos do Estado no Rio de Janeiro em 1990, no episódio que ficou conhecido como a "Chacina de Acari", segundo uma sentença publicada nesta quarta-feira (4).

"O Brasil [é] responsável internacionalmente pelo desaparecimento forçado de 11 jovens negros, moradores da favela de Acari, em 26 de julho de 1990", diz a decisão da corte continental, com sede em San José, na Costa Rica.

A Corte concluiu que um grupo de encapuzados que se identificaram como policiais "sequestraram" os jovens, moradores da favela de Acari e proximidades, de um sítio em Magé, na região metropolitana do Rio, e "seu paradeiro é desconhecido" desde então.

O tribunal indicou que os responsáveis seriam parte dos "Cavalos Corredores", um "grupo de extermínio que operava na favela de Acari e estava composto por policiais do 9º Batalhão da Polícia Militar de Rocha Miranda".

Estes fatos, afirmou a Corte, constituem a violação dos direitos "ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal" das vítimas.

A sentença também destaca a responsabilidade do Estado nos homicídios de dois familiares de um dos jovens três anos depois, assassinados no Rio de Janeiro por investigarem por conta própria a participação de agentes policiais no desaparecimento dos rapazes.

O tribunal ressaltou que o Estado brasileiro "não fez uma investigação séria, objetiva e efetiva, e orientada a descobrir a verdade" 34 anos depois dos

fatos, que "permanecem em absoluta impunidade".

A Corte ordenou como medidas de reparação que se prossiga com a investigação do caso, "efetuar uma busca rigorosa" do paradeiro dos desaparecidos, criar um espaço de memória no bairro de Acari e realizar um "diagnóstico" da atuação de "milícias" e "grupos de extermínio" no país.

# **Building Bridges Beyond Borders: Unlocking the Role of Transnational Networks in Paradiplomacy**

E-International Relations , Seven Erdoğan

After losing their once prominent roles in global politics (such as the competing cities of ancient Greece, or trading Italian cities of the Medieval era) sub-national actors, such as regional governments, cities, and local authorities, are now re-engaging with the realm of diplomacy in a system that remains predominantly governed by nation-states (Nganje 2024). As globalization and complex interdependence increasingly define international relations, these sub-national actors have found new avenues to assert their influence on the world stage, particularly through paradiplomacy which means the engagement of the non-state actors to the realm of international relations by establishing permanent or ad hoc contacts with the other actors in this realm.

One of the prominent mechanisms mobilised by sub-national actors, especially cities and their mayors, to advance their paradiplomatic initiatives is the formation of transnational networks. Transnational networks refers to a transborder connectivity among sub-national actors to collaborate or form new relationships for shared economic, political, cultural, and social agendas without the involvement of national governmental actors (Bansard et. al., 2017). The first examples of these networks were in place before the First World War, such as the International Federation for Housing and Planning founded in 1913, but the number of networks increased significantly in the second half of the 20th century (Tortola & Couperus 2022).

By participating in these transnational networks, sub-national actors can collectively leverage their voices and resources to shape the outcomes of the international negotiations, especially through developing partnerships with international organisations. Thus they can amplify their impact and gain a more substantial presence within the global arena (Durmuş & Oomen, 2022). These networks enable a more inclusive and diverse form of

diplomacy, one that reflects the interconnected and multifaceted nature of the contemporary world. . The primary aim of this short contribution is to highlight the crucial role and benefits of transnational networks in the paradiplomacy of sub-national actors.

Many present global problems, like climate change and migration, have local repercussions, including the natural disasters that damage local infrastructure or the increased strain on the local services due to population growth. This prompts local sub-national actors to respond to these global problems in order to safeguard themselves from the negative consequences of these challenges. In most cases, sub-national actors do not have the necessary resources, experience or technology to address these problems better individually. By collaborating under the roof of a transnational network, they can pool the limited resources at their disposal to find a common solution for the benefit of all, and they can share their past knowledge, best practices and experience to guide the actions of their peers.

Transnational networks can have a burden-sharing or joint-force influence among their participants. One of the most notable examples of this is the C40, which is heavily lobbying national governments to address the gap in spending and financing that cities face in developing low-carbon infrastructure to reduce emissions (Smeds, 2019). In addition, by joining transnational networks, sub-national actors can mobilize resources, access tested solutions, and build resilience against global issues at the local level (Gordon & Johnson 2018).

Sub-national actors have increasingly sought a role in shaping international norms and influencing the agenda for global negotiations. For example, the United Nations Habitat Programme has ensured that the sub-national actors have access to the shaping of international norms related to human rights or migration, such as the right to housing (Durmuş & Oomen, 2022). Acting alone, their impact on global negotiations remains limited. Still, by forming transnational networks, these actors can significantly strengthen their lobbying power, bringing the perspectives and needs of various local entities to the forefront (Gordon & Johnson, 2018). These networks allow sub-national actors to amplify their voices collectively, making them more effective in impacting the outcomes of international agreements and in

advocating for inclusion in policy-setting spaces where their actions are integral to implementing climate adaptation and mitigation measures. For instance, the Paris Agreement's inclusion of non-state actors, such as cities, business groups, civil society actors or academic researchers, reflects the rising prominence of transnational partnerships, particularly around climate action (Maclean, 2020). This agreement recognized the value of contributions from non-state actors, such as cities and private organizations, in achieving climate goals. These networks not only contribute to a diverse climate action landscape but also exert pressure on national governments to adopt more robust commitments (Hale 2018).

States have a privileged role in the definition of global climate change regime and its norms, but many of the actions to achieve a higher level of mitigation or adaptation are taken by the sub-national local actors (Roppongi, 2016). Sub-national local actors play a crucial role in the implementation of international climate standards through their role in key emission sectors such as public transport or waste management. As a result, many of them now have climate action plans. The structure of transnational networks also allows subnational actors to integrate pressing local issues into the global negotiation agenda (Kaminski 2023). Sub-national actors can integrate the urgent items on their agenda into the international negotiation process by acting together in a transnational network.

By participating in transnational networks, sub-national actors can stay updated on global developments and learn from each other's experiences handling challenges like climate change and economic downturns. (Triviño-Salazar 2023). They gain insights into strategies their peers implement, enabling a critical evaluation of their capabilities and performance. This benchmarking fosters motivation to improve, particularly by learning from others' successes and failures, framed as a socialisation process. Through this, sub-national actors adopt new norms and adjust their practices to align with successful patterns observed within the network.

Lee (2019) has identified this whole process as socialisation, through which subnational actors adopt some norms and acquire patterns of behaviour. Transnational networks increasingly support adaptive governance by enabling sub-national actors to experiment, refine, and disseminate

sustainable practices suited to their local challenges. Despite these transnational networks' potential benefits, scholars have noted a persistent Western-centric bias, that guides networks participants to replicate the models from the developed Western countries (Kaminski 2023). This is because networks are often shaped by the Global North members who bring established norms that may not fully resonate with actors from the Global South. This imbalance can pressure non-Western members to conform to Western practices, even when they may not fit local needs or contexts. This influence, while not always overt, highlights the need for more equitable participation in transnational networks to ensure diverse perspectives and priorities are respected.

Transnational networks empower sub-national actors to set shared goals, monitor progress, and offer financial and technical support, facilitating local climate action through collaboration (Tosun & Leopold 2019). That is, as a source of motivation, networks encourages sub-national actors to pursue and implement well-tuned policies at local levels, such as the European Union Covenant of Mayors for Climate and Energy, which leads its members to voluntarily commit to embrace the European Union's climate and energy targets. In addition, transnational networks often support joint research on issues of mutual concern, which equips local actors with data-driven solutions. In this way, the members of the network can solve a common problem by working together to develop and implement better and ambitious strategies (Kaminski 2023). Transnational networks addressing local subnational authorities' most pressing climate change issues are evidence of this (Niederhafner 2013). Such networks enhance global climate governance by supporting local governments' active participation and by fostering accountability through transparent reporting structures and resource-sharing.

Transnational networks of sub-national actors provide a dynamic multi-level governance structure that allows sub-national actors to bypass traditional diplomatic constraints and engage directly with global challenges such as climate change, economic instability and public health crises. By facilitating cross-border cooperation, these networks provide essential technical support, help share knowledge and mobilise funding to effectively address local concerns. They are therefore very critical of the

paradiplomacy of sub-national actors. As these networks expand, they bring new hope for solving humanity's pressing problems through local action that is in line with global goals. This decentralised approach not only democratises global problem-solving, but also empowers sub-national actors to influence international policy, and build resilient and adaptable frameworks for sustainable development at the local level. In doing so, they lay the ground for the long-term and cross-sectoral cooperation that is essential for tackling complex global issues that transcend national boundaries.

# COP29: oportunidades y desafíos del régimen climático internacional

revistafal.com ,

La vigesimonovena Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP29) se celebró en noviembre de 2024 en Bakú, Azerbaiyán, en un contexto en el que los esfuerzos mundiales de por revertir el calentamiento global podrían verse nuevamente afectados por la turbulencia internacional. Desde la elección presidencial estadounidense, mucho se ha dicho sobre la posibilidad de que, durante el segundo mandato de Donald Trump, Estados Unidos salga de nuevo del Acuerdo de París. En el peor de los casos, se le uniría Argentina, cuyo mandatario, Javier Milei, ordenó al inicio de la Conferencia el retiro de su delegación de negociadores participantes en Bakú. La priorización de otros temas en la agenda política nacional de los países, como la seguridad, los procesos electorales (tanto planeados o anticipados), las diferencias ideológicas en cuanto a la veracidad del cambio climático, así como los conflictos en el Medio Oriente y Europa del Este, podrían poner en riesgo el progreso realizado en el régimen climático internacional.

En un pronunciamiento al inaugurar la segunda semana de la COP29, el Secretario Ejecutivo de la Convención Marco de Naciones Unidas para el Cambio Climático, Simon Stiell, pidió a las partes avanzar más rápido en las decisiones políticas y dejar “el fanfarroneo”, “las bravuconadas” y “los planes preconcebidos” que solo consumen el tiempo preciado para la acción climática. Reconoció, a su vez, que hay vientos en contra, pero que es momento de poner manos a la obra y centrarse en soluciones. A pesar del avance realizado de manera general, aún no estamos colectivamente en camino para cumplir el propósito del Acuerdo de París y sus objetivos a largo plazo.

Ya en ocasiones anteriores había hecho alusión al primer balance global (global stocktake), cuyos resultados ahora están disponibles. Palabras más, palabras menos, se confirma lo que ya sabíamos: a pesar del avance

realizado de manera general —en cuanto a mitigación, adaptación, y medios de aplicación y de apoyo—, aún no estamos colectivamente en camino para cumplir el propósito del Acuerdo de París y sus objetivos de largo plazo. Sin duda, 2024 está encaminado a ser el año más caluroso de la historia, según la Organización Meteorológica Mundial. Para complicar aún más el panorama, el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) reportó en su Informe sobre la Brecha de Emisiones 2024 que, en 2023, se batió el récord de emisiones mundiales totales de gases de efecto invernadero (GEI), incluso a una tasa promedio mayor que la década pasada. En este contexto, la acción climática enfrenta importantes desafíos y oportunidades.

## **El mecanismo de ambición del Acuerdo de París**

La COP29 se llevó a cabo meses antes de la fecha límite para que los países presenten sus nuevas Contribuciones Determinadas a Nivel Nacional (NDC), las cuales detallan los compromisos climáticos asumidos en el corto y mediano plazo, y que deberán ser presentadas a más tardar en febrero de 2025. Como principal ajuste en las llamadas NDC 3.0, se espera que estos documentos contemplen un marco temporal hacia 2035 y presenten metas progresivas aún más ambiciosas.

En esta tercera ronda de NDC, la expectativa es hacer de dichos documentos estrategias que se puedan implementar; que plasmen opciones de inversión; que incluyan explícitamente diferencias con respecto a las NDC anteriores; que contemplen mecanismos de integración y de alineación con otras políticas y marcos de desarrollo nacionales, y que sean instrumentos claros basados en la ciencia y los datos disponibles. Deberán, entonces, ser documentos más confiables y orientados a la implementación que puedan finalmente poner a la acción climática en la dirección correcta.

Por otro lado, a finales de 2024, entrará en vigor el nuevo Marco de Transparencia Reforzado (ETF), el cual básicamente establece la obligación para todas las partes de reportar de manera regular sobre sus emisiones, así como el progreso en la implementación y la consecución de los objetivos plasmados en las NDC. Si bien, ya existía un sistema de medición, presentación de informes y verificación (MRV) para el reporte periódico de

información y datos climáticos, este sistema contemplaba distintos elementos para países desarrollados y en desarrollo, centrándose solo en el seguimiento y la notificación de emisiones reales y medidas aplicadas. Por el contrario, ahora el ETF tiene elementos obligatorios para todas las partes (en cuanto a inventarios de GEI y avances en la implementación de las NDC), así como ciertas flexibilidades dependiendo de las capacidades nacionales (en temas como información sobre los efectos del cambio climático, la adaptación, el apoyo financiero y la transferencia de tecnología).

Las metas energéticas son un claro ejemplo de las transformaciones que serán necesarias para mantener la acción climática alineada con el Acuerdo de París.

Con la presentación de las nuevas NDC y la entrada en vigor del ETF, estamos en la culminación del primer ciclo del mecanismo de ambición establecido por el Acuerdo de París. Pero ¿qué significa esto? En resumidas cuentas, los países debieron haber presentado sus NDC más recientes en 2020; después se realizó un proceso de recolección y evaluación de información de la acción climática colectiva que resultó en la publicación del balance mundial en 2023, y ahora, en 2025, los países otra vez tienen que presentar una nueva serie de NDC. A este proceso se le conoce como “mecanismo de trinquete” (ratchet mechanism), el cual resulta de la interacción entre las NDC (presentadas cada 5 años), el reporte constante todas las partes bajo el ETF (en periodos bienales) y la evaluación de la acción climática colectiva mediante el balance mundial (también cada 5 años, pero 2 años antes de las siguientes NDC).

El reto radica en la capacidad diferenciada de los países de poner en marcha el proceso de revisión (de las antiguas) y actualización (de las nueva) NDC. En todo caso, la fecha límite es lo menos importante. Lo que realmente es crucial es que esta nueva ronda de NDC tome en cuenta los aprendizajes de hace 5 años, demuestre una mayor coordinación al interior de las partes, así como presenten información más clara, transparente y comprensible. Finalmente, es vital que los documentos no se queden en precisamente en eso y que, por el contrario, tengan una visión más centrada en la implementación y en las oportunidades de inversión.

## **La COP de las finanzas y de los mercados de carbono**

La COP29 fue considerada como la COP de las finanzas, debido a la necesidad de acordar una nueva meta colectiva y cuantificada de financiamiento climático por arriba de los 100 000 millones de dólares anuales sobre la meta anterior. Sin embargo, había temas pendientes por superar. No solo se trató de establecer un nuevo objetivo financiero (NCQG) que se adaptara a las necesidades de los países en desarrollo, sino también determinar qué países deberían contribuir al nuevo objetivo, bajo qué plazo y alcance.

Por ejemplo, algunos países desarrollados solicitaran que países y grandes economías emergentes, como Arabia Saudita, China y Emiratos Árabes Unidos, tuvieran mayores responsabilidades financieras con los países en desarrollo. A pesar de que dichos países ya contribuyen a su manera, hay cuestiones que aún tendrán que ser negociadas. Una de ellas es con China: si bien es la segunda economía del mundo, aún es considerado como un país en desarrollo y, por lo tanto, receptora de cooperación. De ahí que sea necesario aclarar la ambigüedad entre el financiamiento climático y la cooperación al desarrollo, así como promover oportunidades económicas que movilicen y catalicen aún más financiamiento climático, incluido el privado.

Otros temas pendientes de resolver tienen que ver con la misma definición de financiamiento climático, la cual aún no existe de manera consensuada. Por lo tanto, es complejo monitorear y reportar sobre algo que no es comúnmente comprendido. Es necesario también elucidar la ambigüedad entre el financiamiento climático y la cooperación al desarrollo, así como promover más movilización de financiamiento, incluido el privado. En este sentido, el NCQG debería ser el principal motor en la transformación del financiamiento climático, dotándolo de menos burocracia, más acceso a fondos, generando mejores oportunidades económicas, sin generar deuda pública.

Entre los logros alcanzados, cabe destacar los acuerdos en el funcionamiento de los mercados de carbono bajo el Acuerdo de París. En este sentido, se logró aclarar cómo los países podrán autorizar el comercio

de créditos de carbono y cómo funcionarán los registros de seguimiento, al establecer bases para contar con mercados de carbono más funcionales y orientados a la reducción de emisiones. Asimismo, en los últimos días de la COP29, se acordó triplicar el financiamiento climático de 100 000 millones a 300 000 millones de dólares anuales hacia 2035, así como aumentar colectivamente el financiamiento a los países en desarrollo procedente de fuentes públicas y privadas hasta llegar a 1.3 billones de dólares anuales hacia 2035. Sin embargo, ambos logros han recibido críticas. Por un lado, los acuerdos de mercados de carbono aún dejan áreas de mejora en cuanto a la rendición de cuentas y la revisión de calidad de los créditos. Por el otro, las metas de financiamiento han sido consideradas como un buen paso, pero no el salto legítimo y necesario para atender a las necesidades de los países vulnerables.

## **Las metas energéticas como ejemplos de transformación**

Un último tema relevante es de las metas mundiales energéticas. En foros internacionales —como el G-20 y en la misma COP28 de 2023—, resonó con fuerza la necesidad de triplicar la capacidad energética renovable a nivel mundial y duplicar la tasa media anual mundial de mejoras en la eficiencia energética. Estas dos metas son sumamente relevantes dado que el mundo en el que vivimos funciona con energía.

Sin embargo, la energía que producimos sigue emitiendo GEI. Según el PNUMA, 68% de las emisiones totales del mundo tienen que ver con el sector energético. Aunado a esto, persiste el reto del acceso a la energía. La Agencia Internacional de la Energía reportó que alrededor de 750 millones de personas no tienen acceso a electricidad. Las soluciones a estos dos desafíos yacen en la expansión y la modernización masiva de infraestructura, en especial de redes eléctricas y de capacidad de almacenamiento.

Las metas energéticas son un claro ejemplo de las transformaciones que serán necesarias para mantener la acción climática alineada con el Acuerdo de París. No solo es indispensable crear las condiciones propicias para estos avances en cuanto a alineación de políticas públicas, gobernanza, marcos de regulación, programas de financiamiento, mecanismos de coordinación y

formatos de participación público-privada. También será imprescindible contar con incentivos económicos, amplia capacidad de manufactura y personal capacitado.

En suma, los países deberán priorizar la transición energética y plasmar estos objetivos en sus nuevas NDC, siendo esta ocasión de las últimas oportunidades de la década para limitar el calentamiento global por debajo de los 1.5 grados Celsius.

De igual forma, ya con una nueva meta de financiamiento, será crítico dar resultados hacia la COP30 no solo en cuanto al financiamiento climático de fuentes públicas, sino también de fuentes privadas. En un contexto en el que quizá no contemos con Estados Unidos en la acción y el financiamiento climáticos durante los próximos años, será necesario ampliar la base contributiva de algunos países, así como abordar con pasos adelantados el alineamiento de los sectores financiero y privado con el Acuerdo de París.

# **Tirer les enseignements des retraits des missions de paix de l'ONU au Mali et en RDC**

The Conversation , Chiara Lanfranchi

À la fin de l'année 2023, l'opération de maintien de la paix au Mali, la Minusma, s'est retirée à la demande du gouvernement. Un tel retrait a également été demandé et initié – bien qu'actuellement suspendu – pour la Monusco en République démocratique du Congo (RDC).

L'avenir de plusieurs autres missions de paix onusiennes, par exemple la mission politique spéciale en Irak, est également en suspens. À l'heure où la géopolitique mondiale traverse de profonds bouleversements, il est essentiel de réévaluer le rôle des missions de paix dans les décennies à venir. Le Pacte pour l'avenir adopté par les États membres des Nations unies en septembre dernier charge l'organisation d'« adapter les opérations de paix aux défis actuels et aux nouvelles réalités » ; quel est l'avenir prévisible de ces missions dont plusieurs dizaines sont toujours en cours actuellement de par le monde ?

## **Retraits au Mali et en RDC**

En 2023, le gouvernement malien a demandé le retrait de la Mission multidimensionnelle intégrée des Nations unies pour la stabilisation au Mali (Minusma), déployée en 2013 à la suite du déclenchement de plusieurs insurrections menées par des groupes djihadistes et séparatistes.

Le mandat initial de la mission était de soutenir les efforts de stabilisation de la région nord du Mali et le rétablissement de l'autorité de l'État dans l'ensemble du pays. Il visait également à soutenir des mesures de transition telles qu'une aide à l'organisation d'élections et la promotion d'un dialogue national entre les autorités maliennes et les communautés du nord.

Cependant, lorsque les insurgés islamistes ont commencé à regagner du terrain et à la suite des deux coups d'État survenus en 2020 puis 2021, la

Minusma a éprouvé les plus grandes difficultés à garantir la sécurité dans la région. Une situation qui a engendré un mécontentement croissant à son égard au sein de la population. Une étude a montré qu'en février 2023, 57 % de la population urbaine malienne n'était pas satisfaite du travail de la mission.

En RDC, le gouvernement du président Félix Tshisekedi a demandé en septembre 2023 le retrait accéléré de la Mission de l'Organisation des Nations unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo (Monusco) d'ici à la fin 2024. Toutefois, ce plan a été suspendu en raison de l'escalade des tensions dans l'est du pays. Alors que la Monusco a achevé la première phase de son retrait du Sud-Kivu en juin 2024, aucun calendrier n'a été établi pour les phases suivantes. La Monusco, qui a succédé en 2010 à une mission antérieure en RDC (Monuc), est le déploiement le plus important et le plus coûteux de l'histoire des opérations de maintien de la paix des Nations unies. Elle a été mandatée principalement pour protéger les civils, aider à stabiliser la partie orientale du pays et soutenir le processus de consolidation de la paix.

Malgré de nombreuses réalisations notables, la Monusco a eu du mal à apporter une stabilité durable dans la région orientale, ce qui a suscité des doutes et le mécontentement de nombreux Congolais. Comme l'a souligné le professeur Kennedy Kihangi Bindu dans un récent témoignage, une enquête d'opinion menée par l'Université libre des Pays des grands Lacs à Goma a mis en évidence la perception pour le moins mitigée de la population du Nord-Kivu à l'égard de l'action de la Monusco. Si elle a connu des réussites, comme le succès de certaines opérations militaires et l'accompagnement de cycles électoraux, la multiplication des groupes armés et la résurgence des activités militaires de certains mouvements dans la région ont, au final, assombri le bilan de la mission onusienne.

## **Crise de confiance et de légitimité**

Les cas de la Minusma et de la Monusco illustrent un « déficit de confiance » croissant et reflètent de surcroît une « crise de légitimité » des missions de paix de l'ONU. Les gouvernements et les populations des pays hôtes ont exprimé leur frustration face à l'incapacité perçue des missions à atteindre

leurs objectifs, notamment en matière de stabilisation des régions touchées par les conflits, de protection des civils et de garantie d'une paix à long terme.

Malgré cette opposition, la recherche montre que le bilan des missions de paix est meilleur que ce que laissent entendre leurs détracteurs. Des études quantitatives démontrent que les opérations de maintien de la paix de l'ONU sont efficaces en ce qui concerne la réduction des pertes de combattants et de civils durant les conflits. La présence des Casques bleus favorise aussi la mise en œuvre d'accords de paix à l'issue des affrontements. Ces deux effets sont renforcés lorsque des missions de paix politiques, missions politiques spéciales ou missions de bons offices existent également dans le pays.

Il demeure que les missions de l'ONU opèrent dans des environnements sécuritaires et géopolitiques complexes et dynamiques, aux prises avec des enjeux régionaux et transnationaux qui affectent profondément la manière dont elles sont mises en œuvre et perçues par les gouvernements et par la population locale.

En outre, la présence de nombreux groupes armés complique de plus en plus leur travail, tout comme l'implication d'acteurs extérieurs dotés de leurs propres intérêts géopolitiques. Au Mali et en RDC, les missions de l'ONU sont ainsi devenues le théâtre de rivalités entre superpuissances, les acteurs internationaux les utilisant pour faire avancer leurs propres agendas politiques. Un exemple frappant est celui du Mali, qui a dénoncé début 2023 le rôle prédominant de la France dans l'élaboration des mandats de la Minusma au Conseil de sécurité de l'ONU. Cette prise de position s'inscrit dans le contexte plus large du renforcement des relations entre le nouveau régime malien et la Russie, matérialisé notamment par la présence croissante de la société de sécurité privée Wagner. De tels développements illustrent la façon dont les tensions entre acteurs globaux peuvent directement impacter les mandats et les opérations des missions onusiennes.

De nouveaux acteurs – sociétés de sécurité privées, coalitions régionales et forces militaires parallèles – jouent également un rôle grandissant dans les zones de conflit, compliquant encore plus la capacité de l'ONU à s'affirmer et à maintenir sa légitimité sur le terrain. Ces nouveaux acteurs opèrent

souvent en dehors des cadres traditionnels de la diplomatie internationale et peuvent constituer des alternatives attrayantes pour les États hôtes.

## **L'évolution des missions depuis leur création en 1945**

La fin de la Minusma et de la Monusco s'inscrit dans une tendance plus large de réduction du nombre total de missions de paix au cours des deux dernières décennies et de leur portée.

Les recherches menées par des équipes du Geneva Graduate Institute et de l'ETH Zurich montrent que plus de 140 missions de paix de l'ONU ont été déployées dans le monde depuis la création de l'organisation en 1945. Ce chiffre inclut non seulement les opérations de maintien de la paix, mais aussi les missions politiques spéciales et de bons offices. Le nombre de missions, leur type et leurs objectifs ont beaucoup évolué en raison des dynamiques liées à la nature des conflits et au contexte géopolitique.

Pendant la guerre froide (1948-1989), l'ONU a déployé quelques missions seulement, dont la majorité était des opérations de maintien de la paix. Leur mandat et leur portée étaient assez limités : elles étaient conçues principalement pour surveiller les cessez-le-feu et les zones tampons, par exemple entre l'Inde et le Pakistan, Israël et l'Égypte ou bien à Chypre.

La hausse du nombre de conflits armés intra-étatiques dans les années 1990 et les espoirs renouvelés dans la valeur de la coopération multilatérale après la fin de la guerre froide ont favorisé l'augmentation rapide du déploiement d'opérations de maintien de la paix « multidimensionnelles ». Celles-ci combinaient des tâches militaires mais aussi civiles pour encourager, entre autres, l'État de droit, les droits de l'homme et la promotion de la société civile. Au même moment, les missions politiques sont devenues plus fréquentes. Au total, un record de 58 nouvelles missions ont été lancées entre 1990 et 2000.

Ces deux dernières décennies, les tendances ont encore évolué. Face à un ordre mondial multipolaire marqué par des guerres civiles de plus en plus internationalisées et une concurrence géopolitique accrue, le nombre et la portée des nouvelles opérations de maintien de la paix se sont

considérablement réduits. Le nombre de missions politiques, quant à lui, reste stable de sorte qu'elles dominent désormais le paysage des missions déployées par l'ONU.

## **Quel avenir pour les missions de paix ?**

L'ONU demeure un forum unique et indispensable pour traiter des questions de paix et de sécurité internationales. Alors que la confiance dans ses missions de paix s'érode, il convient d'envisager une nouvelle voie.

Les experts suggèrent de repenser plus fondamentalement les solutions apportées par les missions de l'ONU, en s'appuyant sur un leadership courageux. Cela impliquerait, au minimum, de réfléchir à la pertinence et aux avantages comparatifs de l'ONU dans différents contextes.

Il faudrait également adapter les mandats aux besoins réels des États et des populations hôtes, à travers une écoute active. S'accorder avec les États hôtes sur les objectifs des missions, plutôt que d'imposer une approche unique, est crucial pour espérer rétablir la confiance et favoriser une paix durable. Comme l'a souligné un haut fonctionnaire de l'ONU lors d'un récent panel sur la Minusma, « nous sommes devenus trop à l'aise avec les concepts que nous avons développés ».

Le pacte pour l'avenir pourrait donc servir de plate-forme utile afin d'identifier les orientations futures de ces missions. Cependant, les efforts devront viser un dialogue inclusif, qui engage non seulement les États membres mais aussi la société civile, les acteurs locaux et les organisations régionales.

En conclusion, l'avenir des missions de paix de l'ONU dépendra de leur capacité à s'adapter à l'évolution du paysage mondial, à rétablir la confiance avec les pays hôtes et à surmonter les tensions géopolitiques qui compliquent souvent leur travail. Comme les cas de la Minusma et de la Monusco le démontrent, le moment est venu de réévaluer de manière critique la façon dont la communauté internationale abordera les missions de paix au cours des prochaines décennies.